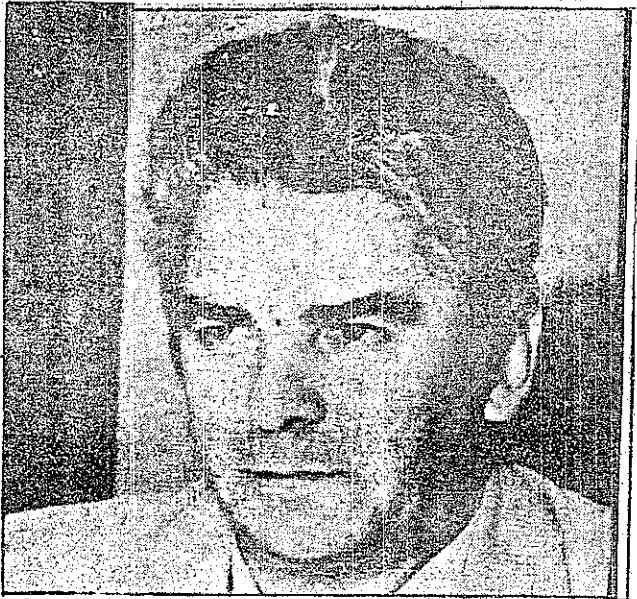


ADVOGADO DIZ QUE LEI AMPARA COLONOS DE S. TRENTIN

O vereador Pedro Fernandes Pereira (PDS), que também é advogado, não descartou a possibilidade de que os Ministérios encarregados de resolver o problema de Sede Trentin possam "cometer a loucura e o absurdo" de emitirem uma decisão dando as terras - cerca de dois mil hectares - a um pequeno número de famílias de remanescentes indígenas. A declaração foi feita ontem, quando o vereador reafirmou seu posicionamento a respeito das terras em litígio na localidade de Sede Trentin, onde vivem 160 famílias de agricultores, dizendo categoricamente que os índios não têm direito algum sobre aquelas terras, porque os colonos já as haviam adquirido muito antes, através de ato jurídico perfeitamente acabado. "Portanto, eles podem ficar tranquilos".

Pedro Pereira sustenta que os índios não têm direito algum sobre as terras de Sede Trentin, porque em 1891 as terras em litígio foram cedidas constitucionalmente ao governo do Paraná. Em seguida, em 1892, as terras em questão foram transferidas a Vicente Morais. Nos anos subsequentes, o novo proprietário as vendeu, "também através de atos jurídicos perfeitos e acabados" para terceiros, muitos dos quais hoje ainda são proprietários, "tudo dentro da normalidade constitucional e legal".

Conforme o vereador em 1892, não havia nenhum dispositivo que assegurasse o direito das terras aos indígenas. Portanto,



João Paganella

to, o ato daquela época foi "perfeito, legal e jurídico". Somente em 1934 foi que a Constituição garantiu o direito do índio nas terras que ocupasse. Pedro Pereira enfatiza que "um ato anterior não pode ser eliminado com legislação posterior", mesmo porque "são as próprias constituições, desde 1924, até hoje, que asseguram a irretroatividade da Lei. A Lei de hoje não pode ferir direito de ninguém, adquirido juridicamente, antes do advento da Lei". O que pretendem, insiste o vereador, é que "a nossa Constituição tenha efeito retroativo e vá desmanchar um ato jurídico de 1893".

Pedro Pereira adverte que se os Ministérios e suas assessorias não atentarem para esse aspecto jurídico e cometerem a injustiça contra os colonos, através de um ato contrário à Lei e contra a legislação vigente os "colonos haverão de reaver os seus direitos através da Justiça". Entende que se os homens dos Ministérios não se ativerem à Legislação "por certo a Justiça corrigirá os des-

mandos que forem praticados".

O vereador também comentou o afastamento do Delegado da FUNAI, João Darcy Ruggeri, anunciado ante-ontem, em Chapeco, pelo técnico indigenista Francisco dos Santos Magalhães, responsável substituído pela área Chimbangue, afirmando que foi medida "injusta" da autoridade que a tomou. Acha o vereador que a autoridade que tomou a decisão foi novamente levada por fofocas e insinuações do Conselho Indigenista Missionário, "porque o Delegado da FUNAI vinha conduzindo as negociações com coerência, e, além disso, baseado no conhecimento jurídico que tem para resolver de forma definitiva o problema das terras de Sede Trentin". Em resposta à questão, os remanescentes indígenas teriam uma quantidade satisfatória de terra que possibilitaria os índios a "viverem decente e humanamente", frisou Pedro Pereira.

O vereador disse não entender porque "as pessoas que comandam o CI-

segue em II

(cont.)

MI em nossa cidade, insistem em querer prejudicar os colonos, desalojando-os de suas terras, não se conformando com os 122 hectares que eles já admitiam cederem, após indenizados, aos silvícolas para que pudesse haver uma coexistência pacífica entre os remanescentes indígenas e colonos. No seu entendimento, isso é o que

vinha fazendo o Dr. João Ruggery. "Quando os representantes do CIMI sentiram que a intenção era essa, se muniram de artimanhas e levaram as autoridades a se deixarem iludir, como se deixaram em outras épocas".

O vereador assinala, contudo, que, apesar de considerar os colonos os legítimos proprietários, defende uma solução pacífica e acredita que os remanescentes indígenas que residem em Sede Trentin precisam da mesma atenção e da mesma assistência que se busca para os

agricultores, mas combate "as artimanhas" usadas para a expulsão dos agricultores rebatendo, inclusive, afirmações de que o Cacique Clemente Fortes do Nascimento Cheyua teria nascido em Sede Trentin, "uma mentira deslavada", segundo o vereador.

O deputado federal João Paganella (PDS) disse esta semana não crer que o governo venha a cometer uma injustiça retirando de Sede Trentin as cerca de 200 famílias, para assentar meia dúzia de famílias de remanescentes indígenas. Isso, segundo o deputado, não é justiça social, uma vez que todos os agricultores que ali estão são minifundiários e têm seus títulos de propriedade legitimamente constituídos, registrados ao longo de muitos anos.

O parlamentar noticiou que esteve em contato com o Superintendente Administrativo da FUNAI, em Brasília, sendo informado de que estava sendo encaminhado o relatório da situação atual do Toldo Chimbanguê, o que não constitui, novidade, pois é parte da diretriz da orientação para a solução do problema. Paganella observou que seria uma grande insensibilidade do "grupo" se não vier a considerar a situação dos agricultores, "inaceitável a qualquer órgão do governo federal". "Nós temos encaminhado todos os documentos e as sugestões, no sentido de que o problema receba solução favorável, mas em prejuízo dos agricultores nas terras que são da sua proprie-

dade, não descartando nunca a possibilidade de atender aos índios, mas vendo também a amplitude que o problema representa", disse o deputado.

Paganella esclareceu que a decisão do grupo ainda será submetida à Presidência da República, que dará a última palavra. Ele afirma que a questão sendo encaminhada dentro dos parâmetros normais, previstos em Lei, acrescentando que "tem sido muito grande a pressão exercida pelos órgãos ligados aos índios. Se isso não der certo, os culpados seguramente não serei eu, nem o deputado Hugo Biehl, nem outros, que temos procurado apoiar o colono, que é realmente aquele que produz".

O Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, a Central Única dos Trabalhadores do

Rio Grande do Sul, o Movimento de Diretores Humanos e o Presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural entre outras entidades encaminharam ofício ao Gen. Danilo Venturini, Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários., Mario Andreazza, Ministro do Interior e ao Presidente da Fundação Nacional do Índio, Nelson Marabuto Domingues, solicitando a imediata remarcação das terras de Sede Trentin.

— Diz o ofício: "As entidades (abaixo-assinadas), representantes do povo gaúcho, vêm manifestar-lhes seu integral apoio as reivindicações da comunidade Kaingang do Toldo Chimbanguê (município de Chapeço), exigindo, conforme as prescrições legais em vigor, a imediata demarcação de suas terras, ao norte da confluência do Lageado Lambedor com o Rio Irani, com superfície de 2.000 hectares".



Pedro Pereira